



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**PRIMEIRA JORNADA DE PESQUISA EM
PSICANÁLISE E FENOMENOLOGIA**

ORGANIZAÇÃO

TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG VERA

ENGLER CURY

COMISSÃO CIENTÍFICA

MARIA CHRISTINA LOUSADA MACHADO

TANIA MARA MARQUES GRANATO TANIA

MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG VERA ENGLER

CURY

2007



**INVESTIGANDO O IMAGINÁRIO SOCIAL DE ESTUDANTES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PROJETO DE
PESQUISA DE DOUTORADO**

Renata Costa Toledo Russo

Tânia Maria José Aiello Vaisberg

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo - O presente estudo tem por objetivo investigar psicanaliticamente o imaginário de estudantes de Educação Física em relação à pessoa com deficiência, por meio da captação dos campos psicológicos subjacentes. Participarão deste estudo trinta e quatro estudantes de Educação Física, que serão abordados coletivamente por meio do uso de um recurso dialógico, que é o Procedimento de Desenhos-Estórias Tanto as produções gráficas, como as produções verbais deverão ser consideradas como comunicações, que veiculam sentidos conscientes e não conscientes, com as quais o sujeito responde às solicitações do pesquisador. Este estudo justifica-se pela necessidade atual de abrir novos horizontes frente ao desafio da inclusão social, que pressupõe a aceitação amadurecida da alteridade e a valorização da diversidade humana.

Palavras-chaves: imaginário social ; inclusão social; deficiência

I - Um percurso e uma questão

A presente pesquisa está estreitamente vinculada a uma prática profissional que desenvolvi por nove anos numa instituição peculiar - Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente (CIAD) – órgão de extensão da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Esta experiência me proporcionou contribuições significativas para a compreensão do fenômeno deficiência e enriqueceu minha prática profissional na docência do ensino superior no curso de Educação Física.

Formada em uma época em que o predomínio da Educação Física era pautado quase que exclusivamente em trabalhos competitivos, assisti de perto a exclusão dos menos hábeis, dos mais lentos ou daqueles que estavam esteticamente distante dos padrões de beleza que a sociedade exigia.

Há duas décadas venho acompanhando e participando de momentos de mudanças na Educação Física que tem exigido de seus interlocutores uma constante reflexão sobre suas dimensões profissionais e acadêmicas com novas propostas teóricas e metodológicas de ensino pautadas na constituição de valores inclusivos.

Quando iniciei meu trabalho no CIAD, fiquei encantada com sua proposta que era a busca de condições que facilitassem o acesso das pessoas com deficiência aos direitos sociais, como educação, trabalho, lazer, saúde, ajudando-os na construção de sua cidadania, e com o número de jovens universitários que davam suporte aos vários projetos por lá desenvolvidos, possibilitando que cerca de 600 pessoas fossem atendidas semanalmente, numa média de 1200 atendimentos. Esses projetos eram elaborados pelos Coordenadores de área e desenvolvidos pelos estagiários – voluntários e bolsistas – alunos de graduação de diversos cursos da Universidade, tais como Artes, Educação Física, Psicologia, Terapia Ocupacional, Engenharia da Computação,

Pedagogia, entre outros. O contato com as pessoas com deficiência faz com que nos deparemos com a questão das diferenças individuais o que pode promover mudanças nos olhares, propiciando condições para que a diversidade seja vista como enriquecedora.

É comum, no imaginário social, a associação entre deficiência e desvantagem, incapacidade e descrédito, pois a própria palavra “deficiência” tem caráter estigmatizante e discriminatório. O termo deficiência vem do latim *deficientia*, que quer dizer falta, falha, carência, imperfeição, defeito. Goffmann (1975) focalizou os processos pelos quais na sociedade contemporânea alguém é rotulado, de modo que ficam marcados, a seu ver, os sujeitos que não correspondem às expectativas de normalidade social. A estigmatização é um processo de atribuição social que enfatiza



a presença de traços considerados depreciativos e desonrosos, resultando em marcas de deteriorização da identidade individual.

Tenho observado uma tendência a agrupar condições bastante diversas entre si sob o mesmo rótulo da deficiência. Considero esta prática potencialmente perigosa, porque incentiva um pensamento, bastante uniformizado, segundo o qual todas as pessoas com deficiência teriam sempre as mesmas dificuldades e as mesmas necessidades, comportando-se exatamente da mesma maneira. Nada mais distante da realidade concreta, como o sabem todos aqueles que mantêm contato estreito e próximo com seres humanos tão diferentes entre si, que, como tal, sentem, pensam, agem, vivem anseios, emoções e expectativas.

Meneghetti (2004, pág.98) contribuindo com este pensamento, nos diz que “as pessoas são diferentes. As coisas são diferentes. A realidade também. E a diferença não é, necessariamente um problema, a não ser que o mundo seja pensado a partir da ótica da generalização...” e da padronização. Padronizar o comportamento humano é tão reducionista quanto supor que várias pessoas darão a mesma solução para um mesmo problema. É um olhar sem profundidade, superficial e com pouca intensidade. Olhar a pessoa humana sempre da mesma maneira, sem perceber a individualidade existente em cada uma, parece ser uma questão a ser resolvida. Com efeito, se as diferenças existem, precisam ser consideradas nas duas individualidades.

Pensar numa sociedade mais igualitária e possibilitar acesso contínuo aos espaços comuns da vida em sociedade, orientada por relações de acolhimento à diversidade humana e aceitação das diferenças individuais, é uma proposta de ressignificação de valores. Ações isoladas não conseguirão atingir os objetivos a que se propõe a inclusão. Olhar para as pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições e perceber não a limitação, nem a desvantagem, mas capacidades, possibilidades, potencialidades, ou seja, sua essência, contribui para um efetivo processo a fim de assegurar a equiparação de oportunidades de desenvolvimento às pessoas com deficiência e sobretudo superar as barreiras do preconceito em favor de avanços no sentido de palavras e atitudes de inclusão e de respeito à vida no seu significado social pleno, inerente a valores, direitos e deveres que garantem a



dignidade de 'ser humano' e cidadão.

A sociedade encontra-se impregnada de preconceitos ao buscar parâmetros para o que venha a ser normal e entender os desvios desta normalidade. Antes de tudo, desconsidera-se que o que pode existir é a diferença, pura e simplesmente.

Neste aspecto Presoto (2005, p.35) comenta que o que se deve observar e respeitar é a diferença entre as pessoas, sendo esta pouco considerada. “A normalidade vem contaminada por julgamentos que nem sempre condizem com a realidade vivida pelas pessoas”.

Sequer é levantada a suspeita da possibilidade de encontrarmos potenciais nas pessoas com deficiência, pois estas são consideradas pelos “normais”, como dependentes, improdutivos e sem perspectiva social, sofrendo degradações que caracterizam uma linguagem de relações que as rebaixa de sua estatura humana.

Somos diferentes uns dos outros. Existem pessoas altas, baixas, magras, gordas, que enxergam, que não enxergam, que falam, que ouvem, que não ouvem, e a proposta de romper paradigmas, representa uma possibilidade de construir um novo pensamento sobre mundo, para além da concepção de mundo estereotipado e preconceituoso. A rotulação deve ser evitada, senão abolida, pois os rótulos enfatizam as limitações, subestimando as capacidades e potencialidades do indivíduo.

O CIAD, cujo objetivo principal é criar condições que facilitem o acesso da pessoa com deficiência a todos os benefícios sociais ajudando-o na construção de sua cidadania, exige, por suas características institucionais, que os projetos sejam desenvolvidos em grupos, compartilhando critérios, estratégias e tomadas de decisões. São projetos voltados às áreas de esportes, cultura, recreação, dança, artes, entre outros.

A peça fundamental para o desenvolvimento destes projetos, são os estagiários – estudantes de diversos cursos da Universidade – concretizando um trabalho trans e interdisciplinar, incorporando a diversidade como eixo central do programa. É desejável que neste tipo de trabalho, este estagiário perceba a pessoa com



deficiência, como indivíduo inteiro, completo, com o qual é possível interagir, desde que o primeiro se disponha a ir ao encontro do outro, com o qual é possível se comunicar, integrar, interagir, incluir, seja através da dança, da música, do teatro, do esporte, do computador, enfim, de acordo com a disponibilidade interna de cada um.

À medida que os projetos se concretizam, mudanças significativas ocorrem em todos os envolvidos nesse processo. Com relação à clientela atendida, o convívio constante com o ambiente universitário - alunos, funcionários, professores - vivências em diferentes ambientes onde são desenvolvidas as atividades - competições, visitas parques, praças, bosques, museus - expõem esses indivíduos a uma riqueza de experiências físicas, psicológicas e sociais, às quais normalmente não têm acesso, ampliando suas potencialidades e superando suas limitações.

Em relação aos estagiários, também observamos uma mudança de olhar. De uma postura inicial de medo e curiosidade são desafiados a se aproximar afetivamente, desenvolvendo uma atitude mais confiante, o que torna sua participação em termos de inclusão social mais efetiva. O contato com a pessoa com deficiência cria muitas vezes, no interlocutor, a fantasia de que a comunicação não pode se estabelecer, de que não há possibilidade daquele entender a intenção do que se comunica, como se interlocutor e a pessoa com deficiência fizessem uso de códigos e símbolos inacessíveis uns para os outros.

A possibilidade de convivência favorece a formação de novos conceitos, respeitando o grupo de acordo com suas possibilidades, configurando novos valores. No decorrer do trabalho dos estagiários no CIAD, percebemos demonstrações de mudança de vértice, no olhar sobre a pessoa com deficiência. Um exemplo de mudança de vértice se deu no início de um projeto, quando fomos visitar uma Instituição em que iríamos desenvolver a proposta de trabalhar¹ com crianças com deficiência física na água. Esta seria uma experiência nova para todos os estagiários participantes do projeto.



Quando chegamos à Instituição fomos recebidos pela fisioterapeuta que nos prestou esclarecimentos sobre as causas da deficiência. Após este momento, fomos conhecer a Instituição e vimos algumas crianças que seriam atendidas pelo projeto - crianças de 2 a 10 anos, com paralisia cerebral e meningocele². Percebi que os estagiários ficaram apreensivos, receosos. Em nosso retorno ao CIAD, eles perguntaram se eu realmente pretendia colocá-los na água. Eu respondi: “Por que não?” “ Porque nunca tivemos nenhuma experiência com crianças com deficiência na água”, eles me responderam. Perguntei se eles já haviam visto uma criança em contato com a água, disseram que sim, mas insistiram que com deficiência física não. Pedi para que se esforçassem para ficar com a imagem de uma criança na água.

A semana passou, chegou o dia. Alguns ainda inseguros, perguntavam se eu ia entrar na piscina. Claro que sim, respondi, com um dia lindo desses. Senti um prazer enorme em proporcionar àqueles pequeninos o contato de seus corpinhos com a água e para os estagiários um momento de aprendizado.

Após a atividade, reunimo-nos para conversar. Percebi os estagiários alegres e aliviados. Perguntei a eles se acharam muito difícil a proposta. Disseram que inicialmente me acharam “meio louca”, porque com tudo que viram e ouviram na Instituição, imaginavam que essas crianças de “porcelana” poderiam “quebrar” com qualquer movimento que fugisse de sua habitual terapia. Após mais alguns encontros era nítido o amadurecimento dos estagiários, que passaram a trabalhar com desenvoltura e espontaneidade.

Todos os projetos oferecidos pelo CIAD incluem uma supervisão diária dos estagiários por um ou mais coordenadores, logo após a realização de atividades como natação, futebol, dança, pintura, teatro, basquete, dentre outras. Nesta reunião, o supervisor reavalia e analisa,



juntamente com o grupo de estagiários, as atividades desenvolvidas naquele período, sobretudo quanto a planejamento, estratégia e objetivos. Esse é um momento de reflexão e de aprendizado na medida em que possibilita aos estagiários falarem da qualidade dos contatos que desenvolvem com as pessoas com deficiência. É um espaço de transformações.³

Para melhor ilustrar que espaço é o CIAD, apresento o artigo intitulado “Um estranho balé”, enviado a mim pela Professora Dra. Tania Mara Marques Granato⁴, após uma visita ao Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente (em anexo).

II – DEFICIÊNCIA E EXCLUSÃO

Há algumas linhas atrás fiz referência ao termo “deficiência” como sendo carregado de um caráter estigmatizante e discriminatório na descrição de qualquer indivíduo.

O termo “deficiente” atribuído, via de regra, aos membros de uma sociedade que apresentem alguma forma de “anormalidade” ou de “diferenciação” perante os demais, quer no domínio cognitivo, afetivo ou motor, tem sido objeto de críticas e discussões entre os profissionais que atuam com as pessoas assim designadas, comenta CARMO (1991).

Muitos autores direcionam os caminhos desta discussão mostrando as contradições implicadas no termo, tais como normal e anormal, comum e incomum, deficiente e eficiente. A preocupação em não rotular o ser humano é fundamental, mas vivemos ainda em uma sociedade em que aqueles que não se encaixam nos padrões preestabelecidos são excluídos.

Carmo (1991) retrata no capítulo A Deficiente História dos Deficientes, que os problemas sociais que envolvem as pessoas com

deficiência, acompanham os homens desde os tempos mais remotos da civilização. Muitas tribos primitivas abandonavam os velhos e sacrificavam crianças recém-nascidas com deficiências, devido ao nomadismo da tribo. A concepção de que a deficiência é um sinal de desarmonia ou obra dos maus espíritos, acompanhou o homem pelas diferentes épocas da história, sendo esta uma herança que ainda se reflete nos dias de hoje.

São feitas considerações sobre atitudes e valores da sociedade em relação à pessoa com deficiência, cuja condição é entendida como uma situação de desvantagem e descrédito, levando essas pessoas a serem marginalizadas socialmente. Quanto a isso, Goffman (1975, p.15) salienta ainda as marcas do estigma no ser humano que sofre uma verdadeira perseguição social e comenta sobre este assunto:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria de estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe. Utilizamos termos específicos do estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original.

Como aparece registrado na citação acima, o olhar para a deficiência remete ao bizarro, despertando medo ou curiosidade. A



pessoa com deficiência explícita a ausência de algo, a incompletude do ser humano, comprovando a falta, suscitando, portanto, conflitos e angústias, obrigando as pessoas ditas normais a rotularem e por vezes segregarem as pessoas com deficiência como se dissessem “eu sou normal, eu não tenho deficiência”.

Desta maneira podemos entender que estigma é uma marca, um rótulo que se atribui a pessoas com certos atributos que se incluem em determinadas classes ou categorias que abarcam os pobres e os meninos de rua, os portadores de HIV, os que apresentam alguma deficiência - física, mental, sensorial - os homossexuais, cujas diferenças se fundem na perspectiva de desqualificação social e de inferioridade. Dos rótulos dos estigmas decorrem preconceitos, ou seja, de idéias pré-concebidas, cristalizadas, consolidadas no pensamento, crenças, expectativas socioindividuais (RANGEL, 2005).⁵ É por este prisma que vemos que a questão das diferenças está na abstração de características universalmente aceitas numa organização historicamente construída, de modo que uma excepcionalidade como a deformidade física, a alteração mental e/ou sensorial, confunde-se com uma característica socialmente determinada num grupo específico. Isto concretiza uma norma, um padrão.

Os indivíduos que não tem perfil dentro de uma norma são considerados diferentes diante da espécie, pois portam excepcionalidades desviantes do grupo. O que é comum passa a ser normal e, portanto, os que fogem desta normalidade são considerados desvios de padrões, conseqüentemente anormais. E é desta maneira que a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e seus atributos, promovendo uma generalização e desumanização do portador de algum tipo de diferença significativa.

As pessoas com deficiência sofrem pressões adicionais no que diz respeito aos elementos estéticos e visuais de uma sociedade que valoriza o belo, o forte, enfim o corpo fisicamente estabelecido como “normal” pelo meio social. Corpos que não se encaixam neste padrão são excluídos.

Esta problemática fica ainda maior, em sociedades de modelo capitalistas, sendo a produção concebida em termos de eficiência, que se expressa por uma maior produção em menor tempo. Carmo (1991, p.91) diz que o “conceito de eficiência tem raízes e assenta seus princípios no tecnicismo que prioriza sempre o fazer bem feito e com o máximo de rendimento, e no menor tempo, dentro de padrões preestabelecidos”.

Sendo assim, o conceito sobre deficiência tem mais um complicador; os padrões de eficiência, advindos da produção. Os que se engajam no sistema vigente, dentro de padrões preestabelecidos, são considerados eficientes, e os que, por motivos diversos, não são contemplados por este enquadramento, são deficientes (RODRIGUES,1998).

Atrelada à noção de produtividade emergiu o modelo de corpo produtivo, categoria esta que só fez agravar ainda mais a marginalização das pessoas com deficiência, uma vez que não se pode dissociar, nessa formação ideológica, a condição de indivíduo “deficiente” de uma imagem corporal de capacidade produtiva. Além do aspecto biológico da anormalidade, a deficiência passou a ser entendida como um fator impeditivo para o trabalho.

Assim, a palavra deficiente se opõe a eficiente. As questões de eficiência e deficiência estão mais ligadas à incorporação de um determinante político e de um sistema econômico, do que com a humanização do próprio homem.



Aiello-Vaisberg (2005, p. 01)⁶ em seus estudos sobre Sofrimento Humano e Exclusão Social, mostra que somente a partir de meados do século passado é “que os ‘movimentos sociais’ vem ganhando força, entre os quais se encontram aqueles das mulheres, negros, homossexuais, deficientes, psiquiatrizados e outros, que tanto reivindicam o atendimento de carecimentos específicos como lutam contra práticas discriminatórias que conspiram contra sua inclusão social”.

Assim, o que se pondera nessas reflexões é, sobretudo, a proposta de superação de preconceitos em favor de avanços no sentido de palavras e atitudes de inclusão. As pessoas com deficiência precisam ser contextualizadas no momento histórico e social em que estão inseridos, pois estes indivíduos não são abstrações, são indivíduos com necessidades concretas, assim como todos nós (RODRIGUES, 1998).

III - O OBJETIVO E O TRILHAR METODOLÓGICO

O objetivo deste estudo consiste em investigar o imaginário de estudantes de Educação Física, em relação à pessoa com deficiência de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Campinas e Jundiaí, bem como captar os campos psicológicos não conscientes segundo os quais se organiza o imaginário coletivo. Participarão deste estudo 20 estudantes de Educação Física.

A noção de imaginário tem sido usada, na psicossociologia psicanalítica, a partir da depuração crítica e teórica do conceito de representações sociais, após estudos de Moscovici e Jodelet. A utilização do termo imaginário social tem sido adotada por estudiosos, pois se trata de uma produção coletiva que se aproxima do acontecer humano e traz um espaço para o campo afetivo emocional e as dimensões subjetivas. O imaginário pode ser entendido como formas de



pensamento-sentimento (DEVEREUX,1958 em AIELLO-VAISBERG, 2006).

O conceito de representação social foi proposto por Moscovici nos anos sessenta e refere-se a um conjunto de conceitos, proposições e explicações criados na vida cotidiana. Comprometido com a idealização e uso de uma ferramenta conceitual que visa análise e intervenção sobre a realidade social, tal movimento originou uma vasta produção sobre a exclusão, que abrange estudos relativos aos atores e vítimas da exclusão tais como delinquentes, crianças de rua, homossexuais, deficientes,entre outros (AIELLO- VAISBERG, 1997).

No avanço de estudos sobre conceito de imaginário e representação social, permitiu-se perceber que, em representações sociais, há um distanciamento em relação às dimensões subjetivas e do acontecer humano, não deixando nenhum espaço ao plano afetivo emocional, como se este não trouxesse efeitos.

E como as dimensões intersubjetivas do ser humano são alvo de nosso interesse adotarei o termo imaginário social para estudar estudantes de educação física desta Instituição de Ensino Superior.

Para isto, utilizarei o Desenho-Estória com Tema⁷, com recurso facilitador dialógico, acreditando ser possível ter acesso às idéias e às emoções do sujeito. O Desenho-Estória com Tema, desenvolvido pela Professora Tânia Aiello-Vaisberg, foi escolhido como procedimento de fácil aplicabilidade e de comprovado rigor científico, “adaptando-se facilmente à pesquisa de diferentes objetos sociais em grupos de sujeitos com características variadas” (AIELLO-VAISBERG, 1999. pag.262).

É um procedimento que pode ser aplicado em qualquer faixa etária, em diferentes condições psicopatológicas, diferentes níveis intelectuais,



etc, o que lhe confere grande versatilidade. Em sua origem, este procedimento destinava-se a crianças e adolescentes. Com o tempo sua aplicação foi se expandindo para outras faixas etárias, e hoje sua utilização percorre consultórios, hospitais, escolas, não havendo dúvidas quanto a receptividade por parte dos pesquisadores e por parte dos sujeitos. Há mais de 15 anos a Professora Livre-Docente Tania Maria José Aiello – Vaisberg vem utilizando este método com diversos trabalhos publicados na área. Este método foi introduzido por Walter Trinca em 1972 como “meio auxiliar de ampliação do conhecimento da dinâmica psíquica no diagnóstico psicológico” (TRINCA, 1997, pág.12).

O procedimento de Desenho-Estória com Tema, é uma técnica de investigação clínica, que tem por base os desenhos livres e o emprego do recurso de contar estórias. Consiste na solicitação de um tema especificado em termos temáticos como: desenhe uma pessoa gorda, um hospital ou uma escola, entre outros. Em seguida, pede-se para virar a página e escrever uma história sobre o que desenhou. É um procedimento com inúmeras vantagens o qual veio ajudar a consolidar uma nova maneira de encarar o diagnóstico psicológico, “libertando-se em grande parte das concepções estritamente mecanicistas, elementaristas, associacionistas, empiristas, positivistas, etc...” (TRINCA, 1997, pág. 22), evoluindo para uma visão mais humanística integradora.

No presente trabalho, solicitarei aos estudantes que desenhem e escrevam uma estória sob o tema “uma criança com problema”, para analisar a visão destes universitários em relação à deficiência, objetivando a desconstrução de representações preconceituosas e estereotipadas que possam aparecer e explicar como as pessoas lidam com as diferenças. “O procedimento Desenho-Estória revela a particularidade de facilitar a expressão de aspectos inconscientes relacionados a pontos focais de angústias presentes em determinado



momento ou determinada situação de vida da pessoa” (TRINCA, 1997, p. 22-23).

Tanto as produções gráficas, como as produções verbais devem ser consideradas como mensagens com as quais o sujeito responde às solicitações do pesquisador.

O objetivo de utilizar este procedimento é estabelecer uma comunicação, um contato com o grupo pesquisado, deixando claro aos alunos que o interesse não é terapêutico e sim a pesquisa do sujeito coletivo.

IV - O QUE QUEREMOS

Quando pensei em desenvolver este tema com estudantes de educação física, fiz rapidamente uma retrospectiva de minha vida profissional.

Ao longo do tempo, fomos acostumados a associar a prática da educação física ao rendimento, aos recordes, em ser o mais forte ou ser o mais rápido.

A Educação Física carrega consigo estigmas que perduram até hoje. Passamos por uma Educação Física de forte caráter higienista e militar, classificando os corpos conforme aptidões e capacidades para a prática de determinados exercícios ⁸.

Médicos higienistas definiram um papel de substancial importância à Educação Física, pois tinham como proposta, tornar a juventude mais sadia para que pudessem atuar na defesa e no desenvolvimento do país, através de um corpo forte, saudável e perfeito.

As aulas de Educação Física nas escolas eram ministradas por instrutores físicos do exército, que



traziam para essas instituições os rígidos métodos militares da disciplina e da hierarquia.

(COLETIVO DE AUTORES, 1992. pag.53).

É neste contexto de concepções militares e higienistas, que a Educação Física foi implantada nas escolas públicas, tendo uma visão fragmentada e reducionista, tornando-se a Educação Física responsável pela “educação do físico”, cujo foco traduzia um desejo de eugenia do povo brasileiro.

Destinava-se, portanto, à Educação Física, nessa questão da eugenia da raça, um papel preponderante. O raciocínio era simples: mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerarem filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso das mulheres. (CASTELLANI FILHO Filho, 1994, pag.56).

A questão da eugenia da raça brasileira foi tão evidente que se estabeleceu a proibição de matrículas de alunos cujo estado patológico os impedisse permanentemente de freqüentar as aulas de Educação Física. O objetivo também era “alertar as autoridades competentes para a necessidade de serem tomadas medidas eugênicas que impedissem o desencadeamento de uma prole nefasta e inútil” (CASTELLANI FILHO, 1994, pág. 86).

Percebe-se no parágrafo acima, que este Decreto⁹ considerava que estavam proibidos de freqüentar as aulas de Educação Física, todos aqueles que não se encaixassem nos padrões de normalidade, que



portassem qualquer dificuldade física assim como portadores de moléstias.

Este era um pensamento de homogeneização dos corpos e de definição do humano pelo físico. Corpos adoecidos, inaptos, frágeis ou apenas diferentes do padrão vigente, acabavam sendo colocados à margem, por não contemplarem os anseios da política corporal da época.

É possível, nesse momento, reconhecer que as práticas seletivas e excludentes impregnavam a Educação Física e perceber o quanto o caráter eugênico estava implícito nas tendências higienistas e militaristas, sendo difícil desvinculá-las.

Algumas mudanças ocorreram no discurso da Educação Física entre as décadas de 30 e 60, mas a prática higienista e militarista permanecia inalterada, abrindo espaço à pedagogia tecnicista aplicada ao Esporte na década de 70. Podemos verificar que neste tipo de pedagogia da Educação Física, enfatizava-se a competição exacerbada e seletiva, a racionalização produtiva e a eficácia. A relação entre Educação Física, militarismo e tecnicismo fez com que a mesma assumisse uma diminuta dose crítica e a missão de ensinar para realizar a tarefa das práticas corporais, colaborou para que a Educação Física passasse a perceber o corpo como uma máquina capaz de produzir.

Este modelo tecnicista ainda é muito criticado por estudiosos, principalmente a partir da década de 80, que foi palco de um intenso debate acadêmico sobre o ensino de educação física escolar. A crítica recaiu sobretudo nas práticas educativas corporais, que priorizavam o desenvolvimento da aptidão física e de habilidades motoras relacionadas ao esporte competitivo¹⁰.



Já a década de 90, interlocutores da área da Educação Física - docentes universitários, pesquisadores e profissionais - , discutem sobre a identidade acadêmica e profissional, contribuindo para uma reflexão sobre a caracterização da área de conhecimento e a definição do perfil profissional (PEDRINELLI E VERENGUER, 2005).

É um novo momento de discussões e estruturação da Educação Física brasileira, visando buscar seu pleno desenvolvimento enquanto área de conhecimento. Destas discussões, emerge também a necessidade de propiciar a participação de todas as pessoas, sem discriminação, numa aula de educação física, dando possibilidade da vivência do movimento em detrimento da busca da perfeição dos gestos.

Somente no século XXI é que a Educação Física vem se libertar do estereótipo do passado e se consolidar como área de conhecimento.

Celante (2000)¹¹ comenta que a construção pedagógica da Educação Física, principalmente na área escolar, visa contribuir para uma prática consciente, crítica, transformadora, em busca de autonomia, devendo consubstanciar-se na compreensão e superação das limitações das tendências pedagógicas anteriores, sejam higienistas, eugenistas, militaristas, desportivistas ou pedagogicistas. Porém, compreendê-las e superá-las não no sentido de eliminá-las, mas de conhecê-las profundamente – em suas raízes, contribuições e limitações para, em seguida, transcendê-las.

E é exatamente por este percurso da Educação Física que no início deste tópico fiz uma retrospectiva da minha vida na Educação Física. A marca da exclusão no contexto da Educação Física está explicitada no seu percurso histórico, como se depreende do artigo da Professora Mônica Kassar (2005, pág.19)¹²:



Não serão matriculados, e portanto não entrarão no sorteio: a) As crianças com idade inferior a 6 anos incompletos [...]; c) os que sofrem de moléstia contagiosa e repugnante [...]; e) os imbecis e os que por defeito orgânico forem incapazes de receber educação.

(DECRETO LEI 1.216 de 1904 do ESTADO DE SÃO PAULO)

A inclusão como movimento social, iniciou-se na segunda metade da década de 80 nos países desenvolvidos e no Brasil tomou impulso na década de 90. É uma prática educativa recente em nossa sociedade, sendo que as práticas anteriores de educação, como a exclusão, a segregação institucional e a integração de pessoas com deficiência vêm dando espaço à inclusão.

Evidencia-se na atualidade grande desafio à educação, o de garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais. São alunos que apresentam altas habilidades, superdotação, quadro psicológico ou psiquiátricos, portadores de deficiência, ou seja, alunos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores genéticos inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente (SOUZA, 2003).

A escola tornou-se ao longo da história, reprodutora das relações discriminatórias, estigmatizantes e preconceituosas ocorridas fora da mesma, assim como uma das responsáveis pela estruturação e manutenção desta sociedade.

A instituição escolar não foi idealizada para todos os indivíduos, com negros, mulheres, homossexuais e as pessoas com deficiência, que ao longo da história constituíram a categoria dos excluídos.

Baseado em um modelo médico, a deficiência era vista como uma doença crônica e a pessoa com deficiência um ser inválido e incapaz, que pouco contribuiria com a sociedade.

Os educadores devem estar dispostos às mudanças e conceber que a educação



da pessoa com deficiência a partir de uma visão mais ampla, ou seja, não só educativa, mas também sócio-cultural, com o objetivo de desenvolver e respeitar suas potencialidades, aprimorando a participação da pessoa com deficiência na sociedade.

Pensar a prática pedagógica a partir de um novo eixo de compreensão pautado na inclusão social, leva-nos a buscar novas formas métodos e organizações que possam dar conta do desafio de transformar o contexto cotidiano das práticas escolares, historicamente reprodutoras da exclusão cultural, artística e social dos educandos.

Nesse sentido apresento como objetivo desta pesquisa, o estudo do imaginário de estudantes de educação física em relação à pessoa com deficiência, bem como captar os campos psicológicos não conscientes segundo os quais se organiza o imaginário coletivo. Este estudo justifica-se pela necessidade atual de abrir novos horizontes frente ao desafio da inclusão social, que pressupõe a aceitação da alteridade e a valorização da diversidade humana.

VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. (1999) . “Encontro com a Loucura: Transicionalidade e Ensino de Psicopatologia”. Livre Docência. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. (1997). Investigação de Representações Sociais em “Formas de Investigação Clínica em Psicologia”. TRINCA, W. (org). São Paulo:Vetor.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. (2005). “ Sofrimento Humano e Exclusão Social: Pesquisa de Enquadres diferenciados Para Abordagem Psicanalítica Preventiva de Condutas Preconceituosas no Brasil e na França. Projeto para Orientação de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.(2006). “Dupla Prevenção: Abordagem Psicanalítica do

Imaginário de Adolescentes sobre Álcool e Drogas Subsídios para o Desenvolvimento de Práticas Psicológicas de Combate à Drogadição e ao Preconceito contra Drogaditos e Ex- Drogaditos. Projeto da Pós Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

CARMO, A. A. (1991). "Deficiência Física: A sociedade Cria, Recria e Discrimina". Brasília: Secretaria de Desportos

CASTELLANI FILHO, L. (1994). "Educação Física no Brasil: a História que não se conta". Campinas : Papyrus.

CELANTE, A. R. (2000). "Educação Física e Cultura Corporal: Uma Experiência de Intervenção Pedagógica no Ensino Médio". Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas.

COLETIVO DE AUTORES (1992). "Metodologia do Ensino de Educação Física". São Paulo: Cortez.

GOFFMAN, E. (1975). "Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada". Trad. Márcia B. M. Nunes. 4ª edição. Rio de Janeiro: L.T.C.

KASSAR, M. C. M. (2005). Uma Leitura da Educação Especial No Brasil em "Caminhos Pedagógicos da Educação Especial". GAIO. R. & MENEGHETTI, R. G. K. (org). São Paulo: Vozes. 19-42.

MENEGHETTI, R. G. K. (2005). Diálogo com a Religião em "Caminhos Pedagógicos da Educação Especial". GAIO. R. & MENEGHETTI, R. G. K. (org). São Paulo: Vozes. 97-120

TOLEDO, M. H. C. (1998) "Grupo de Supervisão de Estagiários de um Centro de Atenção à Deficientes: Espaço de Transformações". Dissertação de Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

TRINCA, W. (1997) "Formas de investigação Clínica em Psicologia. Vetor editora.

PEDRINELLI E VERENGUER (2005). Educação Física Adaptada: Introdução ao



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Universo das Possibilidades em GORGATTI, M. G. & COSTA, R. F.(org).Atividade Física Adaptada. São Paulo: Manole. 01- 22.

PRESOTO, D. (2005). “Deficiente Físico “Cadeirante” : Identidade e Individualização”. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RODRIGUES, G. M. (1995). “Reflexões sobre a Educação Física para Portadores de Necessidades Educacionais Especiais à Luz da

Individualização”. Dissertação de Mestrado em Educação Física Universidade Estadual de Campinas.